

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Talles de Almeida Oliveira

O anticomunismo e o *Diário Mercantil* no período pré-golpe civil-militar de 1964

JUIZ DE FORA
2018

Talles de Almeida Oliveira

O anticomunismo e o *Diário Mercantil* no período pré-golpe civil-militar de 1964

Monografia apresentada ao curso de graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção do título de Licenciado em História, sob orientação do Professor Doutor Fernando Perlatto Bom Jardim.

JUIZ DE FORA

2018

Dedico esta monografia aos meus pais, à minha irmã e à minha avó.

“Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos”.

Karl Marx

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo investigar os discursos mobilizados pela imprensa juiz-forana no período pré-golpe civil-militar de 1964, notadamente nos primeiros três meses de 1964, buscando analisar, principalmente, o teor anticomunista presente em um jornal da época. Buscamos compreender, portanto, de que maneira o comunismo e as ações de grupos mais à esquerda repercutiam nos setores da imprensa de Juiz de Fora, inserindo-a num contexto nacional mais amplo de ataque às agendas consideradas “subversivas”. Para tanto, vamos utilizar um importante jornal da época: o *Diário Mercantil*.

Palavras-chave: Anticomunismo; imprensa; Juiz de Fora.

ABSTRACT

The present monograph aims to investigate the speeches mobilized by the press of Juiz de Fora in the pre-civil-military coup period of 1964, especially in the first three months of 1964, seeking to analyze, mainly, the anticommunist content present in some newspapers of the time. We sought to understand, therefore, how communism and the actions of more left-wing groups had repercussions in the press sectors of Juiz de Fora, inserting it into a broader national context of attacking agendas considered "subversive." To do so, we will use an important newspaper of the time: *Diário Mercantil*.

Keywords: anticommunism; press; Juiz de Fora

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1: Estudos sobre o anticomunismo.....	14
Capítulo 2: O anticomunismo nas fontes.....	19
Considerações finais.....	28
Fonte e referências bibliográficas.....	30

Introdução

A presente monografia propõe-se a investigar os discursos mobilizados pela imprensa juiz-forana no período pré-golpe civil-militar de 1964. O objetivo, em grande medida, é analisar e compreender o discurso anticomunista presente no jornal *Diário Mercantil*, periódico com maior circulação na cidade. O recorte temporal escolhido abrange os três primeiros meses de 1964 que antecedem o golpe. Utilizaremos este recorte para que consigamos perceber como o periódico noticiava acontecimentos do Brasil e da própria cidade naquele contexto turbulento vivenciado pelo país.

Antes de destacarmos alguns pontos sobre a historiografia do anticomunismo no Brasil, é preciso dissertar brevemente sobre o contexto nacional e internacional da época. O período a ser analisado nesta pesquisa é caracterizado por um intenso embate político e por uma polarização crescente. No plano nacional, no governo de Jânio Quadros, anterior ao de Jango, algumas instabilidades já se mostravam presentes. Jânio procurava mobilizar um discurso anticorrupção, de um indivíduo que estava fora do sistema político e que, por isso, era a melhor alternativa para o país. Com apoio da União Democrática Nacional (UDN), venceu as eleições, mas, pouco tempo depois, seu governo já demonstrava instabilidades políticas e econômicas. Além disso, sua política externa independente desagradava alguns setores que antes o apoiaram, visto que ele não se colocava claramente ao lado dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria (inclusive, chegou a condecorar o revolucionário Che Guevara com a maior honraria brasileira, a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul). No desenrolar do processo, Quadros perdeu apoio político no Congresso Nacional e ficou isolado em todas as frentes. Renunciou após sete meses de governo¹.

Quando Jango, vice-presidente no governo Jânio, assumiu o poder, as tensões aumentaram. A própria posse de Jango foi caracterizada por uma instabilidade política. Setores legalistas das Forças Armadas e a campanha legalista de Leonel Brizola tiveram papel importante para garantir que o novo presidente tomasse posse. No decorrer de seu governo, instabilidades de todos os tipos vieram à tona com mais força. As Forças Armadas, radicalizadas, apareciam como um poder moderador que prometia “garantir a

¹ Ver: SKIDMORE, Thomas. Jânio Quadros: interlúdio de agonia. In: *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.228-245.

ordem” caso necessário; uma crise econômica grande e permanente estourou justamente em seu governo; sua política externa independente desagradava os estadunidenses e setores direitistas da sociedade; e, por fim, as tensões entre esquerda e direita ganharam nova força, com uma polarização cada vez maior.

Em grande medida, quanto a este último aspecto, assistia-se a uma fragmentação das esquerdas e a uma unificação das direitas. No âmbito das esquerdas, setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) iniciaram um movimento de radicalização, afastando-se do Partido Social Democrático (PSD) e apoiando causas como a Reforma Agrária. Na sociedade civil, movimentos sociais de esquerda também intensificaram e radicalizaram seus discursos e práticas. No campo direitista, a UDN radicalizava seu discurso político, aludindo, muitas vezes, ao perigo comunista. No âmbito da sociedade civil direitista, grupos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) também se radicalizaram, propagando, assim como a UDN, a questão anticomunista. Outro movimento importante foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que procurou, entre outras coisas, denunciar a “cubanização” do Brasil.²

No plano internacional, o período é marcado pela Guerra Fria entre o bloco capitalista, representado pelos Estados Unidos, e o bloco comunista, representado pela União Soviética. A polarização entre estes dois blocos teve muita influência no Brasil. Esta influência se intensificou ainda mais em função da Revolução Cubana de 1959, quando Fidel Castro e seus aliados tomaram o poder e, posteriormente, se aliaram ao bloco comunista soviético. A partir daí, as referências a Cuba como mau exemplo são recorrentes, e o argumento anticomunista da “cubanização” do Brasil começa a se disseminar. Como afirma o historiador Rodrigo Patto Sá Motta:

“Uma das razões para a derrubada do governo Goulart foi precisamente sua política externa, muito próxima dos países socialistas na opinião da direita, pois além de ter readmitido os soviéticos no Brasil a diplomacia de Jango mostrou-se simpática aos interesses cubanos. Esse foi um dos pontos da campanha anticomunista deslançada contra o governo, acusado de permitir a

² Ver: FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano. Volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.343-425.

infiltração da esquerda revolucionária em toda parte, no Estado e organizações sociais”.³

Dada essa breve contextualização, vamos adentrar em alguns aspectos. Do ponto de vista historiográfico, se comparado às pesquisas sobre as esquerdas, os estudos das direitas, no geral, e o do anticomunismo, no particular, são menos difundidos. Em sua tese de doutoramento⁴, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta já atentava para a existência de poucos trabalhos que tinham a temática do anticomunismo como objeto central. De maneira geral, até recentemente essa temática era colocada como algo apenas complementar, um aspecto a mais da vida social brasileira do século XX, sem se constituir num objeto específico de estudo. Apesar disso, tal cenário vem mudando ao longo dos últimos anos. É notório o avanço no que diz respeito ao estudo das direitas e de seu papel na sociedade brasileira – o que se liga, obviamente, à sua atuação na disseminação do anticomunismo.

Porém, apesar desse avanço na historiografia, é curioso notar, tendo em vista o papel importante de Juiz de Fora no contexto da deflagração do golpe de 1964, que as pesquisas sobre o contexto dessa cidade no golpe civil-militar não colocam o anticomunismo como objeto central de estudo. Nesses casos, são os jornais que assumem o papel de objeto. A presente monografia, então, visa dar destaque ao estudo acerca do anticomunismo no Brasil, notadamente na cidade a partir da qual as tropas do General Olímpio Mourão Filho partiram para dar início ao golpe de Estado.

Com relação ao nosso aporte teórico-conceitual, nos basearemos em duas definições conceituais de anticomunismo. A primeira é a que foi proposta Luciano Bonet⁵, que define anticomunismo como “[...] um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países, e das diversas origens ideais e políticas em que se inspira”.⁶ Assim, segundo este autor, o anticomunismo deve ser entendido como algo que penetrou profundamente na sociedade, não podendo ser considerado como uma

³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS*. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, nov. 2007, p.240.

⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002. 297p.

⁵ BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. 12 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 34-35.

⁶ *Ibidem*, p.34.

mera oposição simples aos ideais comunistas⁷. A outra definição de anticomunismo que levaremos em conta, e que dialoga com a de Luciano Bonet, é a da historiadora Carla Simone Rodeghero. Segundo ela:

“O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc.”⁸

Nesse prisma, aplicando estas conceituações para o período que vamos estudar, podemos compreender, como já destacado, o caráter estrutural do fenômeno anticomunista.

Além disso, adotaremos os conceitos de “golpe civil-militar” e “ditadura civil-militar”, tendo em vista as problematizações em torno dos termos “golpe militar” e “ditadura militar”. Um dos pioneiros na tese da participação civil no golpe de 1964 foi o autor René Dreifuss, em sua famosa tese de doutorado que foi publicada no Brasil, em 1981, com o título *1964: A conquista do Estado*⁹, na qual ele procura compreender, principalmente, o papel do complexo formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) na desestabilização do governo de João Goulart. Esta foi a base para a ideia de ditadura civil-militar, à qual nos vinculamos e que tem como principal expoente o historiador Daniel Aarão Reis, que, em artigo publicado em 2010¹⁰, reforçou o argumento já desenvolvido em trabalhos anteriores que atentavam para o fato de que era necessário dar destaque à participação dos setores civis tanto no golpe como na ditadura que se seguiu¹¹.

⁷ Ibidem, p.34.

⁸ RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002, p.464.

⁹ DREIFUSS, René A. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁰ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.23, n.45, p.171-186, jan./jun.2010.

¹¹ Aderir a esta concepção diz, por outro lado, sobre as interpretações que não irão ser adotadas neste trabalho, como as do historiador Demian Bezerra de Melo, que critica fortemente o que ele chama de “historiografia revisionista”, e as de Carlos Fico. Este último, é importante lembrar, considera o golpe como civil-militar, destacando, contudo, o caráter essencialmente militar do período ditatorial. Ver: DE

É importante ressaltar, ainda, outro ponto, que está relacionado à utilização da nossa fonte. A utilização da imprensa como fonte de pesquisa é um fenômeno recente na historiografia brasileira. Na década de 1970, como afirma a historiadora Tania Regina de Luca, “ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil”¹². Portanto, nessa época, o que ocorria de modo majoritário era o estudo da História da imprensa, e não da História por meio da imprensa. Isso se dava pelo fato de os jornais serem vistos como documentos sem imparcialidade, o que traria problemas para uma análise histórica que buscasse a “verdade”. Nos últimos anos, porém, esse panorama vem sendo modificado. Os periódicos passaram a ser vistos como algo interessante e potente para a compreensão da história do Brasil. No que diz respeito à relação imprensa/golpe e ditadura temos, por exemplo, além do trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (já mencionado acima), a importante análise de Beatriz Kushnir, de 2001¹³.

Portanto, tendo em vista o que foi colocado acima, trataremos o jornal como fonte para nossa pesquisa, enquanto o objeto será o discurso anticomunista presente no jornal. Esta distinção é importante para que se estabeleça uma diferença de enfoque entre os trabalhos que tratam a imprensa como objeto, colocando o anticomunismo apenas como um aspecto complementar, e aqueles que objetivam colocar no centro da pesquisa o discurso anticomunista, valendo-se dos periódicos como fontes – que é, como dito, o que faremos aqui.¹⁴

Por fim, uma última consideração. Levando em conta a atual conjuntura brasileira, em que o discurso anticomunista retornou de forma impressionante¹⁵, pensamos que compreender tal discurso em outro contexto histórico pode nos dar

MELO, Demian Bezerra. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.157-188; FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.24, n.47, 2004, p.29-60.

¹² LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111.

¹³ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 429 p. Tese (Doutorado) - Curso de História, Unicamp, Campinas, 2001.

¹⁴ Para uma discussão mais aprofundada a respeito da metodologia aplicada à imprensa, ver: LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p.111-153; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

¹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Giro a la derecha e impeachment: la crisis política de Brasil*. Revista Política Latinoamericana, Buenos Aires, v. 5, p.1-9, ago. 2017.

ferramentas para analisarmos nossa atual situação. Não estamos afirmando que o passado dá exemplos ao presente de como não agir, como prega a ideia de “história mestra da vida”. Os atores e as dinâmicas sociais mudaram. A atual época possui enormes diferenças em relação ao contexto de 1964. Mas, levando em conta o fato de que o fenômeno anticomunista se fixou na estrutura social brasileira, a comparação entre os dois contextos, em que pese o risco de anacronismo, pode ser proveitosa para conseguirmos entender o que ocorre nos dias atuais, compreendendo toda essa problemática inserida num processo histórico marcado por rupturas e continuidades.

Capítulo 1: Estudos sobre o anticomunismo

O objetivo deste primeiro capítulo é apresentar e analisar alguns trabalhos sobre o anticomunismo que julgamos importantes para a reflexão historiográfica em torno desta temática. Na introdução já nos referimos brevemente a algumas destas pesquisas, a exemplo do estudo de Rodrigo Patto Sá Motta, intitulado *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. Nas linhas que se seguem, buscaremos destacar mais alguns elementos deste trabalho e, posteriormente, apresentaremos alguns outros estudos sobre a temática.

Em seu trabalho, Motta afirma que existiram, de maneira geral, duas grandes ondas anticomunistas no Brasil. A primeira ocorreu após a tentativa de um levante comunista, em 1935, que teve como principal articulador o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que foi chamado, pejorativamente, de Intentona Comunista¹⁶. Uma segunda “onda” anticomunista se deu no contexto de polarização política que caracterizou o período pré-golpe civil militar de 1964, acima descrito. Nesta segunda onda, os atores políticos e sociais anticomunistas mobilizaram uma forte campanha contra a “comunização do país”, o que contribuiu fortemente para o processo de fragilização do governo Goulart – apesar de que, como aponta Motta, os setores conservadores sempre tentaram “resgatar” Goulart da influência comunista, o que indica que não existiu, em certo sentido, uma antipatia imediata a Jango quando da sua posse e que o golpe não era inevitável.

É interessante destacar, ainda, alguns pontos sobre a tese de Motta. Em primeiro lugar, segundo ele, o anticomunismo não surgiu especificamente como reação ao levante comunista de 1935. Foi com a eclosão da Revolução Russa de 1917 que setores mais conservadores da sociedade brasileira começaram a atacar o comunismo, principalmente através da imprensa. Tratavam de hostilizar a experiência soviética, apelando para imagens que, por exemplo, associavam o comunismo a algo diabólico, à desordem, à anarquia¹⁷. Além disso, percebe-se que o anticomunismo no Brasil veio à tona com mais força em determinados momentos, não sendo, porém, suprimido nos períodos de menor efervescência política.

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá . *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002, p.77

¹⁷ *Ibidem*, p.5

Além disso, não podemos entender o anticomunismo brasileiro como um corpo homogêneo, único. Como afirma o historiador: “O anticomunismo é, antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade”.¹⁸ Aliás, Motta chama atenção para um anticomunismo de esquerda, que procurava criticar a repressão existente no modelo soviético. “De maneira geral, contudo, [...] a esquerda no Brasil tendeu menos para o combate e mais para a cooperação com os comunistas”.¹⁹

Motta divide as matrizes ideológicas do anticomunismo em três: a católica, a nacionalista e a liberal. Com relação à católica, temos que “A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas”.²⁰ Assim, partindo desta inquietação, a Igreja católica se tornou uma instituição muito importante no ataque ao comunismo. Procurou alargar suas bases, para que conseguisse disputar e vencer o avanço, principalmente, do PCB:

“O temor de que o comunismo conquistasse adeptos entre os fiéis já se revelara em momentos anteriores, mas foi a partir da década de 1930 que a insegurança se fez presente com mais força, tornando-se elemento constante. No Brasil, tal preocupação em preservar a Igreja da “infiltração comunista” se manifestou em diversas ocasiões, principalmente após a década de 1940. O crescimento eleitoral do PCB após 1945 causou grande ansiedade nas lideranças católicas, temerosas de que o apoio ao partido crescesse entre seus fiéis. E a apreensão foi intensificada pela estratégia adotada pelo Partido Comunista, que procurou dissociar sua imagem do ateísmo visando a vencer as resistências do eleitorado católico”.²¹

Na década de 1960 essa preocupação se intensificou, devido à atuação da esquerda católica.

No tocante à matriz nacionalista, o autor afirma que ela atingiu principalmente os setores das Forças Armadas. Tais setores afirmavam defender o status quo contra atitudes revolucionárias, além do respeito à noção de hierarquia e espírito de corpo e à pátria e nação. Era preciso lutar contra os traidores e inimigos da pátria.

“Uma vez que ameaçava a unidade nacional por meio do estímulo às lutas de classes, vinculava-se a uma potência estrangeira (e/ou a uma conspiração internacional) e constituía-se num fenômeno eminentemente estrangeiro, o comunismo só poderia significar uma coisa: era uma ameaça à pátria”.²²

¹⁸ Ibidem, p.15

¹⁹ Ibidem, p.17

²⁰ Ibidem, p.20

²¹ Ibidem, p.23

²² Ibidem, p.34

No que se refere ao liberalismo, segundo Motta, há diversas incoerências no discurso.

“[...] em que pese o fato de o liberalismo ter sido elemento importante na fundamentação doutrinária do anticomunismo, na realidade os argumentos liberais foram apresentados com pouca consistência e coerência. A aparente fragilidade da pregação liberal soma-se a um fator que pode ajudar a explicar esta realidade. O empresariado [...] era muitas vezes acusado de omissão pelos anticomunistas”.²³

Outro elemento importante do anticomunismo se liga ao seu componente militar. Em artigo publicado em 2014²⁴ sobre o anticomunismo militar, Mauro Eustáquio Costa Teixeira chamava atenção para o que chamou de cultura política anticomunista dentro das Forças Armadas. Ele define esta cultura política da seguinte maneira:

“Ao abordar o anticomunismo militar como uma “cultura política” [...], pretendemos estudá-lo como um fenômeno dotado de razoáveis graus de permanência e coesão, capaz de influenciar e mesmo determinar escolhas políticas das Forças Armadas que foram fundamentais para os rumos históricos do Brasil”.²⁵

Este anticomunismo militar, segundo ele, portanto, deveria ser tratado como uma cultura política específica. Baseando-se, em grande medida, na vitória sobre a tentativa de revolução comunista em 1935, os militares celebravam tal vitória na tentativa de criar uma identidade comum aos oficiais. Além disso, segundo Teixeira, a noção de ordem, aliada à ideia de desigualdade e hierarquia, ocupava lugar central na “base doutrinária” do anticomunismo militar, sendo um valor absoluto. Ele afirma: “Em síntese, o anticomunismo militar se baseia na defesa de uma noção de “ordem”, cujo conteúdo seria as relações sociais hierárquicas vigentes na sociedade brasileira e mesmo na vida privada dos indivíduos [...]”.²⁶ Nesse argumento, não haveria lugar para tentativa de igualdade, visto que as desigualdades eram consideradas naturais.

Ademais, outro elemento importante que é apontado pelo autor tem a ver com a defesa da “Pátria”, a qual estava ligada a uma ideia de “caráter nacional” e a de um povo considerado harmônico e pacífico:

“O caráter nacional [...] estaria permeado pela convivência pacífica entre diferentes raças e/ou classes sociais [...]. Não haveria lugar, no país, para a luta de classes, já que os trabalhadores brasileiros constituiriam “classes laboriosas alheias à explosão”[...]”.²⁷

²³ Ibidem, p.42

²⁴ TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. *Em nome da ordem: a cultura política anticomunista nas forças armadas brasileiras: 1935-1985*. Mediações, Londrina, v. 19, n. 1, mar. 2014, p.151-169.

²⁵ Ibidem, p.153

²⁶ Ibidem, p.161

²⁷ Ibidem, p.161

O comunismo, portanto, seria um elemento desagregador da sociedade, visto que pregava a luta de classes. Assim, deveria ser combatido.

Por fim, Teixeira aponta que o anticomunismo marcou várias gerações de militares, o que tem contribuído para a repulsa a qualquer tentativa de mobilização por parte de determinados setores da sociedade:

“[...] o anticomunismo militar brasileiro produziu gerações de oficiais inspiradas por uma profunda repulsa à mobilização autônoma dos setores mais desfavorecidos da sociedade, o que tem originado, ainda nos dias de hoje, um engessamento no processo de efetiva democratização das relações políticas e sociais no Brasil [...]”.²⁸

Rafael Nascimento Gomes, em artigo publicado em 2018²⁹, atenta para as relações entre o governo brasileiro de Getúlio Vargas e o governo uruguaio de Gabriel Terra no que diz respeito ao combate ao comunismo. Destacando as relações diplomáticas entre Uruguai e Brasil, Gomes afirma que Vargas pressionou o governo uruguaio para que este rompesse com a União Soviética, visto que a URSS, segundo o governo brasileiro, atuava no sentido de disseminar uma revolução na América Latina.

Gomes, por fim, aponta:

“[...] destaca-se que a documentação diplomática uruguaia demonstrou que a pauta que mais mereceu atenção nas relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai, entre 1931 e 1938, em especial na ditadura de Gabriel Terra (1933-1938), foi essa questão da presença do comunismo e de comunistas em ambos países. Além dessa pauta, a questão dos exilados políticos e a da política de fronteiras também mereceram atenção significativa, uma vez que representava uma ameaça constante, ora ao governo terrista, ora ao governo varguista. Por isso, os governos estreitaram seus laços políticos, para intensificar medidas de repressão e de vigilância na região fronteiriça. Exemplos dessa cooperação foram os preparativos do golpe de março de 1933 de Gabriel Terra e a repercussão da chamada “Intentona Comunista” de novembro de 1935. Nesses dois momentos, nota-se um diálogo mais intenso e próximo de ambos os governos”.³⁰

O anticomunismo foi, portanto, um elemento que uniu, em certo sentido, os governos de ambos os países.

O historiador Ricardo Antônio Souza Mendes traz à tona algumas outras vertentes do anticomunismo do século XX³¹. Segundo ele, o anticomunismo do século XX esteve relacionado a cinco principais vertentes, que se mesclavam e se

²⁸ Ibidem, p.167

²⁹ GOMES, Rafael Nascimento. *O comunismo e o anticomunismo entre o Brasil e o Uruguai ao longo da década de 1930*. Revista Latino-americana de História, São Leopoldo, v. 7, n. 19, p.171-189, abr. 2018.

³⁰ Ibidem, p.185-186

³¹ MENDES, Ricardo Antônio Souza. *As direitas e o anticomunismo no Brasil*. Locus (UFJF), Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 10, p. 79-97, 2005.

relacionavam: a democrática, que aludia a seu caráter autoritário; a fascista, que condena a ideia de desagregação da sociedade promovida pelo comunismo; a conservadora, que rejeitava o rompimento do status quo; a anticlerical, que denunciava o aspecto antirreligioso presente na doutrina comunista; e a liberal, que reprovava a condenação da propriedade privada e do livre mercado por parte da teoria marxista. No caso do Brasil, como afirma Mendes:

“Apesar da presença de um anticomunismo de caráter democrático e fascista, predominaram no Brasil os aspectos de coloração conservadora (manutenção da estrutura social) e liberal (defesa da propriedade). Não se pode esquecer também da frequente associação entre comunismo e sua versão anticlerical, diante da capacidade que tal associação tinha de mobilizar parcelas significativas da sociedade”.³²

Estes trabalhos que apresentamos brevemente apontam para o caráter heterogêneo do anticomunismo brasileiro, seja em seu diálogo com outros países, seja em suas matrizes ideológicas e até mesmo na forma como essas matrizes dialogavam e mobilizavam discursos e ações para combater o comunismo.

³² Ibidem, p.81.

Capítulo 2: O anticomunismo nas fontes

O objetivo deste último capítulo é apresentar parte do que já foi levantado através do contato com a fonte, destacando algumas notícias que veicularam no período aqui estudado e que julgamos relevantes. Como já mencionado, optamos por trabalhar com os três primeiros meses de 1964, para que pudéssemos perceber melhor como o comunismo era tratado pelo jornal. A fonte que utilizaremos é o jornal *Diário Mercantil*, que circulou diariamente em Juiz de Fora de 1912 a 1983, vinculando-se, em 1932, ao “Diários Associados”³³, grande conglomerado midiático. Representava, em grande medida, a visão da elite industrial juiz-forana. Procurava, ainda, adotar um viés conservador, procurando levar ao público acontecimentos da cidade, do Brasil e do mundo³⁴.

Logo no primeiro dia do ano de 1964, o jornal já demonstrava um espírito anticomunista e antiesquerdista. Um dos artigos presente no editorial daquele dia comemorava o rompimento do governo com as esquerdas, as quais eram colocadas em oposição à democracia. Além disso, há aqui a ideia de infiltração comunista presente no governo, que, a partir de então, conseguia se livrar dos agentes da subversão:

“A notícia do rompimento das esquerdas com o presidente da República só pode encher de júbilo o povo brasileiro, na medida em que traduza, realmente, os propósitos do Gôverno de orientar-se pelas boas normas da convivência democrática, desprezando as soluções radicais preconizadas pelos agentes da subversão. [...] O presidente João Goulart tem uma boa oportunidade para desvencilhar-se da incômoda companhia e reconquistar a confiança das fôrças democráticas, que assistem com crescente perplexidade à entrega de postos chaves da administração a inimigos confessos do regime”.³⁵

³³ O conglomerado dos “Diários Associados” foi criado por Assis Chateaubriand, em 1924. Foi, segundo Nelson Werneck Sodré, o primeiro exemplo da concentração dos meios de comunicação nas mãos de grandes corporações, processo que foi intensificado e complexificado pelo surgimento da televisão e do rádio. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.388.

³⁴ Ver: MUSSE, Christina Ferraz. *A trajetória do Diário Mercantil: alter ego da cidade de Juiz de Fora*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31, 2008, Natal, RN. XXXI Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Natal, 2008. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0491-1.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁵ “Rompimento”, *Diário Mercantil*, 01 de janeiro de 1964, p.2.

No mesmo dia, nas páginas seguintes, o jornal trazia uma seção intitulada “As dez personalidades marcantes de 1963”³⁶. Nesta, há uma clara posição anticomunista. O então ex-presidente Juscelino Kubitschek era considerado “o mais político”, sendo o oposto de Leonel Brizola, considerado subversivo. O general Pery Bevilaqua era “o mais democrata”, que agia em defesa da pátria “De tanto vergastar os falsos brasileiros; de tanto combater os pseudo-sindicalistas, as agremiações espúrias que exploram o Brasil [...]”. O deputado João Calmon era “o mais sereno”: foi a pessoa que “levantou o país numa campanha democrática usando de todos os meios ao seu alcance em defesa da democracia”. Vê-se claramente, mais uma vez, a intensa oposição entre esquerda e democracia. Para o jornal, colocar-se contra os “agentes da subversão” era estar do lado da democracia e da pátria brasileira. É importante notar, porém, que, como afirma Rodrigo Patto Sá Motta:

“A democracia que tão sofregamente se pretendia proteger não tinha conteúdo, seu sentido era vago. Não se tratava de afirmar a participação popular em contraposição ao autoritarismo, mas de opor a ordem à “ameaça revolucionária”. [...] A ênfase na retórica democrática correspondia também a uma estratégia de alinhamento internacional”.³⁷

O alinhamento era, obviamente, com os Estados Unidos, considerado um exemplo de democracia.

Há que se destacar outro elemento interessante. Recorrentemente, aparece, nas páginas do jornal, um cartaz indicando a necessidade e importância da livre iniciativa. O cartaz é acompanhado da afirmação da “Liberdade de trabalhar”, “Liberdade de comprar”, “Liberdade de vender” e “Liberdade de produzir”. Algumas vezes aparece com o dizer “Você pode escolher o seu patrão”. Podemos dizer que a defesa do liberalismo estava ligada a um discurso que procurava atacar o comunismo, a subversão revolucionária. Sobre isso, Motta escreveu:

“No caso brasileiro, o anticomunismo liberal e liberal democrático não primou pela pujança, nem pela coerência. [...] enfatizava-se a luta contra o intervencionismo estatal e relegava-se para segundo plano a questão da participação política. Na maior parte das vezes, a crítica

³⁶ “As dez personalidades marcantes de 1963”, *Diário Mercantil*, 01 de Janeiro de 1964, p.8.

³⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002, p.40-41.

liberal ao comunismo restringia-se a formulações algo simplórias, reproduzindo chavões convencionais sobre a ditadura soviética”.³⁸

A edição do dia 3 de janeiro está recheada de discurso anticomunista e contra os líderes da esquerda à época, principalmente Leonel Brizola. Na capa, com o título “Emergência na Venezuela”, o jornal noticiava uma reunião entre força policial e membros do governo venezuelano para discutir a contenção de “uma nova onda terrorista, iniciada em Caracas por forças castristas”³⁹. É clara a relação entre práticas terroristas e a ação da esquerda no continente. Fidel Castro, líder da Revolução Cubana de 1959, é, aqui, relacionado ao terrorismo e à desestabilização de governos de outros países.

Ainda na capa desta edição, o jornal tratou de noticiar, com o título “Comunistas na FNFI”⁴⁰, os incidentes ocorridos na Faculdade Nacional de Filosofia. Segundo a notícia, o presidente da União Democrática Nacional (UDN), Abreu Sodré, afirmou que um grupo de comunistas eram os responsáveis pelos incidentes. Além disso, ele asseverou que os tais comunistas teriam apoio de autoridades federais, o que alude à ideia de infiltração comunista no governo federal. Apesar de ter se baseado nas palavras de Sodré, podemos dizer, ao olharmos o título da notícia, que o jornal compartilhava da opinião do presidente da UDN.

Sigamos no dia 3 de janeiro. No editorial, um texto de Carlos Rizzini, intitulado “É varar 64!”⁴¹, critica ferozmente o plano SUPRA (Superintendência de Política Agrária), que tinha por objetivo criar políticas de reforma agrária no país. Segundo Rizzini, essa medida era “comunista e comunizante” e indicava que havia “grupos soviéticos” infiltrados no governo federal. Vai além, afirmando que o presidente tinha o objetivo de transformar o Brasil num “tronco sindicalista” através da utilização de “assombrações comunistas”. Contrapõe, ainda, tais medidas de Jango às forças da oposição democrática. Mas assevera: “Nada adianta ao presidente apavorar-nos com expropriações. Nem com caos. Nem com revoluções. Nem com o barbudo de Havana. Nem, ó Deus, com o cunhado! Entramos em 64!”⁴²

³⁸ Ibidem, p.38.

³⁹ “Emergência na Venezuela”, Diário Mercantil, 03 de Janeiro de 1964, capa.

⁴⁰ “Comunistas na FNFI”, Diário Mercantil, 03 de Janeiro de 1964, capa.

⁴¹ “É varar 64!” Diário Mercantil, 03 de Janeiro de 1964, p.2

⁴² Ibidem, p.2

Mais uma vez, a oposição entre democracia e comunismo aparece. Além disso, neste texto o autor procura tratar Fidel Castro, o “barbudo de Havana”, como algo negativo, a quem João Goulart estaria se aproximando demasiadamente. O governo de Jango, acusado de estar flertando com o comunismo, é associado, ademais, com a figura do caos, da desordem, da agitação. Por fim, devemos destacar o papel importante da discussão sobre a questão da reforma agrária, de modo que a defesa dessa política era suficiente para caracterizar determinado indivíduo como comunista e/ou subversivo.

Na mesma página do exemplo citado acima, aparece uma notícia com o seguinte título “Audácia vermelha: boletim subversivo está sendo distribuído à larga na Bahia”⁴³. Segundo os autores da notícia, “agentes de Moscou” da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) imprimiram boletins na Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade da Bahia e estariam distribuindo-os pelo Estado. A notícia, cujo caráter anticomunista é notório, pede, ainda, que os “estudantes democratas” – em mais uma oposição entre democracia e comunismo – procurem o reitor da Universidade para cobrar providências. Aqui, percebemos a ideia de que o Brasil estaria passando não só por um processo de cubanização, mas, também, por uma investida soviética, num processo que os anticomunistas chamavam de “sovietização”.

Para citar um último exemplo relevante que aparece no dia três de janeiro, vejamos o texto intitulado “Desespero de causa”⁴⁴, na página 3. Nele, os autores fazem referência à agressão, que partiu de Leonel Brizola, sofrida por David Nasser. O interessante nesse caso é como os autores da notícia representam ambos. Se David Nasser, o agredido, é o “campeador da democracia”, aquele que luta “contra a onda vermelha”, Brizola, por sua vez, é “destemperado, impulsivo, inconsequente”, aquele que navega na onda vermelha. Brizola, aqui claramente representando o esquerdismo, é quase visto como um agente do caos, um homem que não mede as consequências de seus atos e, por isso, é inconsequente. David Nasser, a pessoa que, como afirma o texto, tem a “imprensa mineira” ao seu lado, é aquele que defende a democracia, em oposição aos “destemperados” subversivos.

⁴³ “Audácia vermelha: boletim subversivo está sendo distribuído à larga na Bahia”, Diário Mercantil, 03 de Janeiro de 1964, p.2

⁴⁴ “Desespero de causa”, Diário Mercantil, 03 de Janeiro de 1964, p.3

Avancemos alguns dias no mês de janeiro. Na edição do dia 11 de janeiro, logo na capa, aparece uma imagem com um texto abaixo⁴⁵, referindo-se à entrega dos títulos de cidadão honorário, em Belo Horizonte, para Assis Chateaubriand, então líder do grupo “Diários Associados”, e para o deputado João Calmon. A notícia chama-os de “líderes democráticos” que lutam contra “as forças de subversão da ordem legal no país” e que têm uma “repulsa à demagogia e à desordem”.

No editorial da página 2, mais um texto de Carlos Rizzini aparece. Intitulado “Fraldas molhadas”⁴⁶, o texto fala das desapropriações da SUPRA, a que Rizzini havia se referido na outra matéria, citada acima, que escreveu. Para ele, esse plano não daria certo no Brasil:

“Ainda que o presidente fôsse, o que não é, comuna da linha justa, tenho que jamais assinaria o decreto de espoliação agrária tal qual o redigiram os seus assessores russo-chineses. [...] Os russos têm terras, tantas e tão boas quantas os americanos. No entanto, não se bastam. Para comer seu pãozinho viram-se na desoladora e vexatória contingência de pulverizar tijolos de ouro em divisas para comprar o trigo dos Estados Unidos”⁴⁷.

“Assessores russos-chineses”: aqui manifesta-se, novamente, a ideia de que o governo federal estaria tomado de agentes comunistas. A novidade é a menção à China comunista da época, que não aparece com muita recorrência nas fontes que analisamos. Talvez possamos inferir, ainda, que há, neste trecho, certo sarcasmo incrustado na afirmação de que os soviéticos, mesmo com várias e boas terras, tiveram que recorrer aos Estados Unidos – maior defensor da “democracia” na época – para sanar a ausência de trigo, dando a entender que os russos não conseguiam comandar e suprir seu próprio país.

Já no fim do mês de janeiro, no dia 28, a capa do jornal apresenta uma notícia com o título “Homenagem a João Calmon”⁴⁸. Neste texto, noticia-se que João Calmon, o “combativo parlamentar capixaba”, recebeu homenagem da Câmara de Comércio Americana “pela sua atitude franca e desassombrada na defesa da democracia e da livre iniciativa”. No fim, apresenta a fala de Calmon, em que afirma a necessidade dos “democratas” utilizarem o discurso nacionalista e de reformas para que ele não caia nas

⁴⁵ Diário Mercantil, 11 de Janeiro de 1964, capa.

⁴⁶ “Fraldas molhadas”, Diário Mercantil, 11 de Janeiro de 1964, p.2

⁴⁷ Ibidem

⁴⁸ “Homenagem a João Calmon”, Diário Mercantil, 28 de Janeiro de 1964, capa.

mãos dos adversários do regime. Parece-nos razoável supor que todas estas expressões – “democratas”, “adversários do regime”, “defesa da democracia” – tenham a ver com o discurso anticomunista, tendo em vista o que já apontamos ao longo deste capítulo.

No editorial (página 2) do mesmo dia 28, aparece, na coluna “Suelto”, um artigo⁴⁹ assinado com as letras C.A, que versa sobre um congresso da Confederação Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL). O tom assumido aqui é um pouco diferente do que já foi demonstrado acima:

“Em princípio, os congressistas não se apresentam como vermelhos, mas como trabalhadores da América Latina. Nesta condição, podem reunir-se. Sabida sua verdadeira orientação, os congressistas podiam ser olhados com suspeita, mas não podiam legalmente ser repelidos”⁵⁰.

Porém, apesar de parecer mais tolerante, o tom deste trecho tem caráter anticomunista. O autor(a) do texto afirma que, caso a orientação dos congressistas fosse “vermelha”, eles poderiam ser “olhados com suspeita”. Dentro da legalidade, eles não poderiam ser repelidos, mas isso não impediria um olhar mais atento.

Vamos, agora, focar na cobertura que o Diário Mercantil fez de um acontecimento no Cinema Popular. A cobertura é do dia 17 de março, dias antes do golpe que instaurou a ditadura civil-militar. Na capa, em letras garrafais, aparece o título “Dispositivo policial jamais visto na cidade garantiu a fala “nacionalista” no Popular”. A notícia se refere a uma concentração de “elementos esquerdistas” no Cinema, no dia 15 de março. E prossegue:

“Todavia, os deputados federais Olavo Costa e Abel Rafael Pinto, bastante conhecidos pela ação que vêm desenvolvendo no sentido de impedir a “cubanização” do Brasil, conclamaram o povo para se reunir em frente ao Cinema, duas horas antes, para mostrar aos comunistas e aos inocentes úteis que os ajudam, o repúdio da gente juizdeforana contra suas torpes manobras”⁵¹.

Na mesma capa, aparece uma imagem da mesa da “reunião subversiva”, “que motivou uma concentração de democratas nas proximidades, protestando contra os métodos daqueles que querem cubanizar o Brasil”⁵². À esquerda na capa, há uma imagem de um casal segurando um crucifixo, seguida das mensagens: “o comunismo

⁴⁹ “Suelto”, Diário Mercantil, 28 de Janeiro de 1964, p.2.

⁵⁰ Ibidem

⁵¹ “Dispositivo policial jamais visto na cidade garantiu a fala “nacionalista” no Popular” Diário Mercantil, 17 de março de 1964, capa.

⁵² Ibidem, capa.

não dominará” e “Falsos profetas que querem cubanizar o Brasil”. Há, ainda, uma entrevista com o deputado Olavo Costa, o qual afirmou que os “agitadores” saíram de Juiz de Fora derrotados, e que os “pregadores da subversão”, os que “incitam o povo à revolução”, enfrentaram o “bravo povo juiz-forano”, que rejeita aqueles que tentam “convulsionar esta cidade, essencialmente cristã, pacífica e democrática”. Por fim, Costa responsabilizou o governador de Minas Gerais à época, Magalhães Pinto, e o presidente João Goulart pelo clima de “desordem”, afirmando que havia um plano comunista em marcha.

Ademais, sob o título “Mensagem de José Bonifácio dirigida ao povo de Juiz de Fora”, o jornal reproduz uma mensagem que o deputado José Bonifácio havia enviado. Bonifácio se colocou ao lado do “povo de Juiz de Fora”, que praticou um “movimento democrático”, se opondo à “ação claramente golpista com que comunistas notórios, acumpliciados com maus brasileiros, pretendem enxovalhar a honra dos mineiros e as suas melhores tradições”. Por fim, indica que foi uma reação a um “insulto” dos que se alinham a “ditaduras estrangeiras” e antipatriotas⁵³.

O jornal prossegue na cobertura do comício. Com o título “Nem bombas, nem baionetas, nem metralha conseguiram calar a voz dos democratas”⁵⁴, uma matéria atenta para o abuso dos policiais que foram proteger a fala dos “subversivos”. Menciona a presença do Padre Wilson Vale da Costa, que foi ovacionado por demonstrar o “espírito do povo juizforense contra a baderna oficializada que se quer implantar no país” e que afirmou que os comunistas não iriam “sovietizar o país”. Além disso, há uma imagem, com o título “Vitória da democracia”, do mesmo Padre Wilson sendo carregado pelas pessoas. Na legenda da imagem, há a referência ao Padre como “um dois mais ardorosos combatentes das fileiras democráticas”.

A cobertura segue na página 2. Na continuação da última matéria citada acima, os autores estendem-se na crítica à repressão policial aos “democratas” que procurava proteger a “pregação dos baderneiros”, os “lobos vermelhos travestidos em cordeiros democratas”. Apesar dessas palavras fortes contra o comício, a matéria elogia o governador Magalhães Pinto por ter deixado os comunistas falarem, e finaliza

⁵³ “Mensagem de José Bonifácio dirigida ao povo de Juiz de Fora”, Diário Mercantil, 17 de março de 1964, capa.

⁵⁴ “Nem bombas, nem baionetas, nem metralha conseguiram calar a voz dos democratas”, Diário Mercantil, 17 de março de 1964, capa.

afirmando que os democratas e o povo brasileiro saíram vitoriosos. “[...] jamais permitiremos que nos sejam confiscados direitos tais como o da livre iniciativa, do livre pensamento, e, sobretudo, o de criar nossos filhos de acordo com nossas tradições e culturas, sobretudo, a religiosa”, conclui o texto.

Na mesma página 2, aparece a continuação da matéria “Dispositivo policial jamais visto na cidade garantiu a fala “nacionalista” no Popular”. O texto fala de “comício vermelho” e em “figuras deploráveis de maus brasileiros que conscientemente vendem sua pátria a Moscou”. Afirma, ainda, que um tal Padre Lage, o “Padre Vermelho”, foi preso pela polícia por desacato. Faz menção à fala do presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) à época, Riani, referindo-se ao órgão como um “organismo reconhecido como sendo o maior foco de agitação no País”. Por fim, menciona Miguel Arraes, que compareceu à reunião “comunista” depois de ter abandonado seu Estado “para promover badernas em outros”. Chama-o, além disso, de “demagogo”.

Ainda na página 2, um texto intitulado “O caminho do dever” também fala do que ocorreu no dia 15, em que o povo foi à rua para protestar contra os “pseudo nacionalistas, aliados aos vermelhos” que fazem “encenações demagógicas” para levar o país rumo à “comunização”. Segundo o texto, os “subversivos” usam o “argumento de que a Nação necessita de reformas estruturais”, e, embora o povo queira tais reformas, elas não podem ocorrer dentro do “figurino comunista”, um figurino “iconoclastas” e que vive “sem Deus”. E continua:

“E uma reação que precisa de ser mesmo vigorosa, já que a Nação parece não contar com aqueles que deveriam, por dever de ofício, combater os que, sob a inspiração de um falso nacionalismo, declaram de maneira insultante e ofensiva à formação religiosa do povo, que nem os Santos Rosários, erguidos pelas mães de famílias brasileiras, têm força para manter a sobrevivência do regime”.

Segue o ataque ao comício, dessa vez criticando a ação dos policiais, que defendiam os “comuno-nacionalistas”. Goulart também é atacado, sendo chamado de “chefe ostensivo da subversão”. Mas, segundo o texto, a parte mais “sadia da população”, apesar das investidas dos “vermelhos”, não seriam coniventes com o “credo

moscovita”: “A reação dos patriotas está nas ruas e ela indica ao Congresso Nacional e às Forças Armadas o caminho do dever nesta hora conturbada da vida nacional”.⁵⁵

Na página 3 do mesmo dia, na coluna “Extra Informa”, Décio Cataldi refere-se ao acontecimento do dia 15, afirmando que “O povo mostrou, mais uma vez, que o regime democrático há de sobreviver no Brasil”.⁵⁶ Na mesma página, numa coluna intitulada “DM na sociedade”, Pedro Paulo Amaral aponta: “Bem, uma coisa ficou provada mais uma vez: o povo de Juiz de Fora não quer mesmo saber de comunismo nem da turma que anda por aí agitando”.⁵⁷

Diante de toda essa cobertura que descrevemos acima, podemos perceber, claramente, que o jornal optou por dar um tom anticomunista para as matérias que apresentamos. Reproduziu mensagens de deputados e pessoas que se colocavam contra o comunismo, utilizou-se de palavras e termos que aludiam a uma infiltração internacional comunista, que tentavam despertar nas pessoas que lessem a matéria uma repulsa pelos “vermelhos”. Além disso, como foi comum ao longo de toda nossa investigação, há a oposição entre comunismo e democracia, que coloca os combatentes dos “subversivos” ao lado do povo brasileiro e da ordem democrática. A defesa dos bons costumes da religião católica, a que deveria ser preservada mediante ataque ao comunismo, também aparece, o que nos indica para o fato de que em Juiz de Fora houve, assim como em outras cidades mais importantes do Brasil, uma vertente católica ou um discurso religioso que se opunha ao “perigo vermelho”. Por fim, podemos destacar a correlação feita entre comunismo e caos, que se dá na utilização de termos ou expressões como “baderna”, “foco de agitação”, “golpe” e “revolução”, por exemplo.

⁵⁵ “O caminho do dever”, Diário Mercantil, 17 de março de 1964, p.2

⁵⁶ “Extra Informa”, Diário Mercantil, 17 de março de 1964, p.3

⁵⁷ “DM na sociedade”, Diário Mercantil, 17 de março de 1964, p.3

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo discutir a temática do anticomunismo. Ainda que já muito estudada, como dissemos na introdução é curioso que não haja nenhum estudo sobre o anticomunismo em Juiz de Fora, tendo em vista que as tropas que participaram do golpe civil-militar de 1964 partiram da cidade. Assim, nosso intuito foi contribuir, de alguma maneira, para o estudo do anticomunismo em Juiz de Fora, notadamente por meio da imprensa.

O período estudado abarcou os três primeiros meses de 1964. Optamos por esse recorte temporal por entendermos ser este um período decisivo, na medida em que antecedeu a efetivação do golpe civil-militar, ocorrido em 31 de março.

No trabalho, procuramos destacar alguns elementos historiográficos, como a importante tese de doutorado de Rodrigo Patto Sá Motta, que procurou fazer um apanhado do anticomunismo no Brasil, destacando suas principais vertentes e matrizes ideológicas. Nacionalismo, liberalismo, fascismo, catolicismo, conservadorismo: estas foram as principais bases do anticomunismo, um fenômeno heterogêneo e que, de certa maneira, uniu diversos setores da sociedade brasileira ao longo do século XX.

A oposição entre democracia e comunismo, conforme ressaltado no capítulo 2, foi um elemento constantemente mobilizado pelos anticomunistas. A defesa da democracia passava necessariamente pelo ataque e pela destruição do comunismo, da ameaça vermelha que supostamente rondava o Brasil. Para tanto, diversos setores se mobilizaram. As Forças Armadas tiveram papel substantivo nesse aspecto, já que, em 1964, alimentada principalmente pelo sentimento anticomunista, deu um golpe de Estado e tirou do poder o presidente à época, João Goulart.

Por fim, podemos tratar a tradição anticomunista como algo que se fixou na cultura política do Brasil. E, sendo algo que se fixou e que se enraizou na cultura política, ela tende a vir à tona, como constatado, em contextos de crise e polarização política intensa, em que esse discurso consegue mobilizar, principalmente, os setores mais à direita no espectro político.

E isto foi importante tanto no golpe de Estado de 1937 quanto no de 1964. O discurso anticomunista foi mobilizado pelos setores que instauraram as ditaduras desses períodos. Portanto, como afirma Motta, o anticomunismo foi elemento importante na legitimação dos dois grandes golpes de Estado ocorridos no Brasil no século XX: o de

Vargas, em 1937, e o de setores das Forças Armadas aliados a setores da sociedade civil, em 1964.

Fonte:

Diário Mercantil

Referências bibliográficas:

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. 12 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 34-35.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DREIFUSS, René A. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DE MELO, Demian Bezerra. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.157-188.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano. Volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.343-425.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.24, n.47, 2004, p.29-60.

GOMES, Rafael Nascimento. *O comunismo e o anticomunismo entre o Brasil e o Uruguai ao longo da década de 1930*. Revista Latino-americana de História, São Leopoldo, v. 7, n. 19, p.171-189, abr. 2018.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 429 p. Tese (Doutorado) - Curso de História, Unicamp, Campinas, 2001.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. *As direitas e o anticomunismo no Brasil*. Locus (UFJF), Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 10, p. 79-97, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá . *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002. 297p .

_____. *O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS*. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p.227-246, nov. 2007.

MUSSE, Christina Ferraz. *A trajetória do Diário Mercantil: alter ego da cidade de Juiz de Fora*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31, 2008, Natal, RN. XXXI Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Natal, 2008, p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0491-1.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.23, n.45, p.171-186, jan./jun.2010.

RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002, p.463-488.

_____. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2003, 158p.

SANTOS, Daniel Alves dos. *Anticomunismo, história e literatura de cordel*. Revista Labirinto, Porto Velho, v. 27, n. 1, p.89-104, jan. 2018.

SKIDMORE, Thomas. *Jânio Quadros: interlúdio de agonia*. In: *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.228-245.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, 501 p.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. *Em nome da ordem: a cultura política anticomunista nas forças armadas brasileiras: 1935-1985*. Mediações, Londrina, v. 19, n. 1, p.151-169, mar. 2014.